

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DO PANTANAL-MT – CERBPANTANAL- MT EM 2021.

Pauta:	1. Aprovação da ATA da 3ª Reunião Ordinária de 2020; 2. Apresentação da Prof. Cátia Nunes sobre como o CERBPantanal – MT pode colaborar no combate às queimadas no Pantanal Mato-grossense em 2021; 3. Apresentação dos membros do CERBPantanal sobre a contribuição das entidades que representam na implementação do Plano de Ação (PA) da Reserva da Biosfera (RB) do Pantanal; 4. Informes.				
Local:	Reunião virtual na sala https://us02web.zoom.us/j/82129331180?pwd=S0dGQy9QMnFMU0hPRHkzUUhtQzRMZz09				
Data:	05/03/2021	Início:	09h10	Término:	11h25
Presidente:	Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila (SEMA)				

Membros do CERBPantanal-MT presentes:	
Nome	Instituição
Beatriz Lacerda de Carvalho	FAMATO
Breno Ferreira de Melo	WWF-Brasil
Cássia S. Soares de Marques	Prefeitura Municipal de Juscimeira
Cátia Nunes da Cunha	UFMT
Cláudia R. S. Pinho	Rede de Comunidades Tradicionais (CTs) Pantaneira
Clóvis Vailant	Instituto Gaia
Cristina Cuiabália	RPPN Sesc Pantanal
Eduardo Reckers Segatto	RPPN Cachoeira do Tombador (Votorantim Cimento)
Fernando Xavier	ICMBIO
Fernando Rodrigo Tortato	ONG Panthera
Hélida Bruno Nogueira Borges	SEMA
Leandro Carvalho Lima	SEDEC
Leonardo Vivaldini	SEAF
Lisandro de Souza Peixoto Neto	SEMA
Manoel dos Santos Filho	UNEMAT – Campus de Cáceres
Marcos Antônio Camargo Ferreira	SEMA
Monicke S. P. de Arruda	FIEMT
Pierre Girard	CPP
Observadores:	
Anny	FAMATO
Nely Tocantins	UFMT

Relatos	
Gabriela (SEMA)	Agradeceu a presença de todos e verificou se havia quórum para a reunião. Iniciou a reunião informando que a ATA da 3ª Reunião Ordinária de 2020 foi encaminhada aos membros; na ausência de

	questionamentos foi aprovada por unanimidade. Continuou a reunião lendo a pauta do dia: 1) Apresentação da Profª Cátia Nunes sobre como o CERBPantanal-MT pode colaborar no combate às queimadas Pantanal Mato-grossense, em 2021, 2) Apresentação dos membros do Comitê sobre possível contribuição das instituições e entidades que representam na implementação do Plano de Ação (PA) da Reserva da Biosfera do Pantanal (RBP).
Fernando (ICMBio)	Informou que o convite para a reunião virtual indicou duas plataformas: Zoom e Google Meet. Acredita que alguns membros do Comitê estejam buscando a sala do Google Meet e sugeriu que esses fossem avisados que a reunião será realizada na Plataforma Zoom.
Gabriela (SEMA)	Explicou que ao agendar uma reunião na Plataforma Zoom o sistema automaticamente criar um link para o Google Meet.
Cátia (UFMT)	Iniciou a apresentação “CERBPantanal-MT, combate ao fogo no Pantanal, em 2021”. Esclareceu que as propostas elencadas fazem parte de um projeto do CPP/INAU em parceria com a Wetlands International e a MUPAN, com relação ao combate ao fogo. Em seguida passou a explicar às características ecológicas do Pantanal. Iniciou tratando dos efeitos da inundação e estiagem na região, em períodos plurianuais. Apresentou a série histórica sobre o comportamento do rio Paraguai quanto à inundação e seca, no município de Ladário (MS), produzida pela Agência Nacional de Águas (ANA). A década de 1970 foi um período de seca extrema no Pantanal, quando ocorreram muitos incêndios. Em 1974 ocorreu uma grande inundação, com enormes prejuízos, que chamou a atenção de todos os brasileiros. Como resultado foram criadas instituições para estudar a região, como a EMBRAPA Pantanal e as universidades. Explicou que a sua geração conviveu com um longo período de umidade, desde 1975 a 2018. Até a presente data a ANA não disponibilizou dados mais recentes. Desde 2019, com base nas informações da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), tem-se observado maiores períodos de seca, contribuindo para o estabelecimento de graves incêndios em 2020. Essa condição de seca prolongada resulta das alterações no clima provocadas pelo aquecimento das águas dos oceanos, associada aos desmatamentos dos biomas Cerrado e Amazônia. Quase todas as Unidades de Conservação (UCs) foram atingidas pelas queimadas nesse ano. A área destruída foi de 4.109.000 ha (41.090 km ²). A existência de secas e inundações sazonais no Pantanal influenciam diretamente no comportamento da vegetação. No mapa do bioma se constata que as áreas atingidas pelo fogo formam um arco do fogo entre MT e MT; no leste da planície alagável os focos de queimadas foram menores. Esse quadro é determinado pela vegetação. Estudos em dendrocronologia têm mostrado que nos anos de maior inundação se verifica maior crescimento em diâmetro do cambará (<i>Vochysia divergens</i>). Em 2004 começou a postular os efeitos dos períodos plurianuais de muita chuva no Pantanal usando o cambará como exemplo. A figura mostra os vários tipos de ambientes encontrados no Pantanal segundo o gradiente de inundação. No último período plurianual de mais chuvas observou-se maior umidade atingindo inclusive ambientes mais secos como os campos, campos de murundus, capões e cordilheiras. Essa situação levou à expansão do cambará, antes restrito às áreas mais

	<p>sujeitas à inundação. Nos anos mais secos, propensos à ocorrência de queimadas, a população do cambará seria reduzida. O cambará nas fases mais jovens absorve carbono enquanto nas populações mais antigas o carbono é estocado. Recomendou que esse comportamento deve ser levado em consideração nas políticas públicas dirigidas ao controle da proliferação do cambará. O pombeiro (<i>Combretum laxum</i>) apresenta o mesmo padrão de ocupação de espaço do cambará. Na fase de arbustal do pombeiro já não é possível a recomposição do campo, por falta de banco de sementes. Nas áreas queimadas em 2020 está sendo observado que o pombeiro, destruído pelo fogo, cede espaço à ocupação do algodoeiro (<i>Ipomoea carnea</i>).</p>
Lisandro (SEMA)	<p>Observou em vistoria no PE Encontro das Águas, no final de 2020, que os campos estão sendo invadidos pelo pombeiro e algodoeiro. Em fevereiro de 2021 observou na região de Itiquira e Barão-de-Melgaço a invasão de campos nativos por canjiqueira (<i>Byrsonima</i> spp.) e lixeira (<i>Curatella americana</i>).</p>
Cátia (UFMT)	<p>Continuou sua apresentação informando que foi elaborado um documento entre Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU), e as organizações não governamentais (ONGs) Wetlands International e Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN), definindo uma posição conjunta acerca dos incêndios no Pantanal. Este estabelece várias recomendações, como a criação de um Núcleo de Inteligência, prevenção, manejo e combate ao fogo, como proposto pelo Ten. Cel. Paulo Barroso, do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso. Outras possibilitam a participação do CERBPantanal-MT, como: a) fortalecer parcerias público-privadas a fim de instalar bases permanentes de emergência e rápida resposta aos incêndios, utilizando e fortalecendo infraestruturas existentes e subutilizadas na região; b) incluir as fazendas localizadas no Pantanal e as UCs como bases de apoio no combate ao fogo; c) estabelecer um programa de pesquisas em metodologias de manejo integrado do fogo (MIF) adaptado às condições ambientais do Pantanal, promovendo capacitações (o Programa Pantanal, representa uma resposta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI) aos incêndios de 2020, no qual o CPP/INAU possuem um projeto de pesquisa); c) fomentar os instrumentos e instâncias de monitoramento do fogo, identificando suas causas e buscando medidas para minimizá-los e/ou controlá-los (comunicação entre fazendas formando uma rede de informações sobre as queimadas <i>in loco</i> e posterior repasse ao Corpo de Bombeiros; governo pode instalar antenas de celular para comunicação entre as fazendas); d) fortalecer fóruns de discussão de assuntos de interesse comum sobre o Pantanal com participantes das diversas instituições que, reunidos periodicamente, divulguem dados recentes, incentivando o intercâmbio e a cooperação entre os diferentes atores envolvidos, socializando a informação (CERBPantanal-MT constitui um desses fóruns); e) garantir infraestruturas de recursos básicos às UCs, possibilitando o manejo adequado e maximizando o cumprimento dos objetivos de conservação da biodiversidade (as UCs são identificadas como áreas núcleo da RB Pantanal e precisam dispor de infraestrutura e Plano de Manejo); f) criar condições e fortalecer mecanismos</p>

	<p>existentes para manejar integradamente o fogo, podendo prevenir que situações como essa voltem a se repetir. O Governo Estadual publicou recentemente o Decreto nº 785, de 18/01/2021, dispondo da limpeza de campos nativos no Pantanal, que deve ser realizada com base científica. A Wetlands International e a Mupan estão desenvolvendo o Programa Corredor Azul, incluindo para MT as ações a) execução de projetos pilotos de restauração de campos com proliferação de cambará e pombeiro por meio da remoção dos indivíduos nas faixas de vegetação que circundam o campo, mantendo aqueles mais velhos (estocam carbono) , e, b) medidas de conservação e manutenção da integridade ecológica do Pantanal a partir de indicadores para campos nativos, envolvendo estudos em fazendas com campos formados por espécies herbáceas de mais qualidade nutricional (indicadoras de qualidade dos campos). Acredita que a SEMA, como membro do CERBPantanal-MT, poderá contribuir efetuando o treinamento dos fazendeiros e responsáveis técnicos pela limpeza. Salientou ser necessário considerar nesse processo que na parte mais baixa da planície inundável ocorre maior proliferação do cambará e do pombeiro. Na área mais savânica estão presente outras espécies, como a lixeira e a canjiqueira. Outra iniciativa interessante para o Comitê seria a formação de bombeiros voluntários visando atrair a população local para a prevenção e extinção de incêndios florestais. Tais pessoas poderiam se agrupar por regiões do Pantanal, como a borda do Pantanal, nas áreas núcleo da RBP, grupo de indígenas. Iniciativas como essa foram bem-sucedidas em outros países, como a Alemanha, Rússia e Vietnã. Finalizou argumentando que o Comitê poderia auxiliar na organização desses grupos junto com as prefeituras.</p>
Gabriela (SEMA)	Agradeceu a apresentação da Profª Cátia. Pediu aos membros que se manifestassem sobre as propostas relatadas. Perguntou se os grupos de bombeiros voluntários são similares às brigadas de incêndios?
Cátia (UFMT)	As brigadas são pagas. O bombeiro voluntário não seria pago, mas poderia ser homenageado, receber título como “Cidadão Honorário” ou prêmios ao longo do ano, por exemplo. A RB Pantanal poderia criar algum tipo de título para esses bombeiros. A intenção é resgatar o papel do voluntariado fortalecendo, assim, a cidadania.
Marcos (SEMA)	Explicou que existem brigadas voluntárias remuneradas.
Gabriela (SEMA)	Agradeceu à Profª Cátia pela explicação. Informou que havia três inscritos: Marcos (SEMA), Fernando (ICMBio) e Clóvis (Instituto Gaia).
Marcos (SEMA)	Informou que estão tentando formar brigadas indígenas remuneradas e voluntárias, no âmbito do Programa REM-MT. Explicou que várias entidades trabalham com esses dois tipos de brigada. Acrescentou que o combate do fogo é atividade de alto risco à vida, como foi visto em 2020, quando morreram três brigadistas. Assim, a capacitação e o treinamento são essenciais para os novos brigadistas.
Cátia (UFMT)	Explicou que os bombeiros são voluntários no sentido de se apresentar aos órgãos que combatem o fogo, mas deverão ser treinados por estas instituições. No caso dos indígenas é necessário que eles manifestem interesse em formar brigadas, Por exemplo, a MUPAN trabalha no treinamentos dos indígenas da etnia Kadiwéu, em Mato Grosso do Sul.

Marcos (SEMA)	Complementou relatando que a formação de brigadas indígenas está sendo discutida junto com a FEPOINT. Foi estimado um custo de R\$ 300.000, para implantar uma brigada voluntária indígena.
Fernando (ICMBio)	Comentou que é uma boa ideia a criação de brigadas voluntárias da forma proposta pela Prfª Cátia, mas que se deve sempre ficar alerta às possibilidades de problemas. Esclareceu que já existe uma lei federal que trata do voluntariado e que o ICMBio tem um programa de voluntariado com base nessa lei. Essas informações estão disponíveis no site do ICMBio. Explicou que a instituição que coordena os voluntários tem responsabilidades e o voluntário assume um Plano de Trabalho específico. Explicou ainda que voluntariado público como, por exemplo, que trabalha em uma UC difere daqueles que atuam no combate aos incêndios, em função do menor risco a que são submetidos. Os tipos de voluntariados têm que respeitar uma hierarquia rígida. Os voluntários que combatem o fogo utilizam uma técnica chamada de Sistema de Controle de Incidentes. Em 2020 foram constatadas experiências desastrosas, como a morte de um trabalhador contratado por proprietário rural no Pantanal; no Parque Nacional (PN) da Chapada dos Guimarães foi observado que alguns brigadistas estavam trabalhando de chinelos e com roupas inadequadas. Portanto, as autoridades têm de alertar os voluntários sobre os riscos da atividade. Relatou uma experiência bem-sucedida do IBAMA, no início dos anos 2000, quando foi criado o Agente Ambiental Voluntário, que deu origem ao Voluntariado ICMBio. O agente podia exercer atividade fiscalizatória, mas não tinha o poder de fiscalização (ex. emitir auto de infração), o que não impediu que alguns deles cobrassem propina ou a exercessem abuso de autoridade. Na Chapada dos Guimarães o responsável pelo combate ao fogo está criando uma brigada comunitária, coordenada pelos servidores do PN. Continuou explicando que existem diferenças na forma de combater o fogo para a conservação de paisagens daquela efetuada para proteção de propriedades rurais. Há de se lembrar também que acidentes podem acontecer; outra possibilidade é das brigadas atuarem em áreas de comunidades tradicionais, como quilombolas, ou terras indígenas sem autorização. Explicou que esses alertas são necessários para ficar claro que as brigadas devem permanecer subordinadas a um comando muito rígido. Outra situação vista na Amazônia foi a cobrança por parte dos indígenas de remuneração, considerando que os agentes de saúde indígenas recebem pelo trabalho. Portanto, além dos custos citados pelo Marcos tem-se que pensar na remuneração dessas brigadas. Comunicou que, na presente data, estava substituindo o Nuno (ICMBio), que é o titular no Comitê.
Cátia (UFMT)	Concordou com o Fernando (ICMBio) dizendo que para cada grupo social (fazendeiros, indígenas, comunidades tradicionais) tem que se pensar em como o abordar. No entanto, todos deverão seguir as ordens superiores dos bombeiros.
Clovis (Instituto Gaia)	Concordou com os comentários do Fernando (ICMBio) e complementou esclarecendo que as comunidades tradicionais possuem brigadas voluntárias no combate aos incêndios, criadas dentro da perspectiva de defesa dos seus territórios. Conheceu algumas acompanhando os técnicos da ECOA, em MS. Informou que

	<p>em Mato Grosso a Prof^a Nely (UFMT) estava implementando uma brigada voluntária com as comunidades da Morraria, no município de Cáceres. Infelizmente, os treinamentos dos brigadistas foram interrompidos, em 2020, pela pandemia da Covid-19. As comunidades demonstraram interesse em formar brigadas, e estabelecer linhas de defesa na região, porque se sentiram ameaçadas pelas queimadas no Pantanal no ano passado, quando o fogo se aproximou das casas dos agroextrativistas. O exemplo a ser seguido é o planejamento e execução de atividades protetivas e/ou de combate da RPPN SESC Pantanal. Acredita que o importante é expandir essas ações por toda a área da RB Pantanal, como sugeriu a Prof.^a Cátia (UFMT). Especificamente, nesse caso, nos limites do Pantanal.</p>
Gabriela (SEMA)	<p>Solicitou a manifestação do Fernando (Panthera), segundo na lista de inscritos.</p>
Fernando (Panthera)	<p>Explicou que a sua contribuição à discussão está na definição do propósito das brigadas voluntárias. Relatou que, em 2020, os técnicos da Panthera que atuam no Pantanal se sentiram incapacitados diante da magnitude das queimadas. Perceberam, contudo, que as pessoas que vivem na região, como os fazendeiros do Porto Jofre, geralmente estão mais preparadas e conseguem dar uma resposta ainda quando o fogo não se alastrou. As chances de combater esse fogo são muito maiores do que se esperar ajuda dos bombeiros. A Panthera pretende criar uma brigada voluntária e ter uma estrutura mínima para ter o poder de resposta no combate ao fogo no curto prazo, até que os agentes competentes consigam chegar na área. Isto porque todos sabem da dificuldade de logística no Pantanal. Nesses casos, nos dois a três dias antes dos bombeiros chegarem a brigada atuaria de forma crucial no combate ao fogo. Em 2020 os técnicos da Panthera viveram essa situação muitas vezes, de conseguir combater o fogo localizado a partir do mês de agosto; o conhecimento da região pelos fazendeiros fez muita diferença. Relatou que conseguiu ajudar inúmeros bombeiros que estavam perdidos no Pantanal, pela dificuldade em definir uma posição geográfica e a semelhança da paisagem confundir confundirem os agentes. Ter conhecimento do território, e estar junto às pessoas treinadas e capacitadas, faz toda a diferença, quando a brigada voluntária oferece um suporte aos agentes do Estado. Acredita que em 2021 o combate será mais eficiente pela maior conscientização coletiva. Em 2020 as pessoas não tinham noção da possibilidade de o fogo atingir grandes extensões no Pantanal. Relata que, hoje, existem várias brigadas voluntárias formadas por grupos diretamente ligados ao Pantanal. Na região de Porto Jofre a Panthera constituiu uma brigada, estruturada com caminhão pipa e motobomba, equipamentos mínimos que a ONG não dispunha no ano passado. Relata as empresas de turismo também estão se organizando, como a ECOPAN, que está formando uma rede com as pousadas ao longo da rodovia Transpantaneira. Desta forma, acredita que o poder de resposta no combate aos incêndios será melhor em 2021, caso venha a se repetir o cenário de 2020, porque com essas pessoas no campo antes da chegada dos bombeiros o avanço do fogo será menor. Defendeu que os bombeiros devem atuar como autoridade diante das brigadas voluntárias.</p>

Cátia (UFMT)	Relatou que acompanhou o esforço da Panthera em 2020 e os parabeniza pela coragem. Acompanhou também o empenho de outros voluntários e as dificuldades por estes enfrentadas. Acredita que o CERBPantanal-MT pode incentivar as pessoas por meio do reconhecimento do trabalho do cidadão, como a entrega de títulos.
Fernando (Panthera)	Relatou que ele e o Laércio (Presidente do Conselho Nacional (CN) da RBP) estão pensando em criar um mapa com localização de alguma iniciativa de brigada voluntária e postos de apoio no Pantanal. Por exemplo, a fazenda da Panthera e o SESC Pantanal são postos de apoio para os bombeiros, ICMBio, brigadistas. A fazenda da Panthera tem disponível 03 motobombas, 01 caminhão pipa de 3.000 litros, 20 bombas costais. A ideia é perguntar à ECOPAN e as outras brigadas quais materiais e equipamentos têm à disposição para o combate ao fogo. A ONG SOS Pantanal informou que arrecadou fundos e está promovendo capacitações para brigadistas; a Wetlands International, em MS, também atua na prevenção aos incêndios. O mapa seria disponibilizado para os agentes competentes – os bombeiros e ICMBio, para auxiliar no planejamento, contando com essas brigadas no sentido de facilitar as ações de logística e gestão no Pantanal.
Cláudia (Rede de CT Pantaneira)	Cumprimentou a todos e parabenizou a Profª Cátia (UFMT) por trazer uma apresentação muito reflexiva e informativa que permite aos membros do Comitê compreenderem a complexidade do Pantanal e pensarem em propostas para a sua proteção. Esclarece que gostaria de abordar três questões, duas delas comentadas pelo Clóvis (Instituto Gaia) e o Fernando (Panthera). A primeira está relacionada aos incêndios no Pantanal. Acredita que os membros do Comitê precisam ter consciência que parte dos incêndios tem origem criminosa. A segunda trata do voluntariado. Em discussões com as comunidades tradicionais pantaneiras, como, por exemplo, de Barão de Melgaço, sempre se questiona o porquê de as comunidades tradicionais serem sempre voluntárias. É possível afirmar que essas comunidades exercem a cidadania de forma exemplar, pois atuam como voluntárias quando se faz pesquisa científica ou quando o governo faz o mapeamento da região. No entanto, defende que tais ações deveriam contribuir na renda das pessoas. Em Barão de Melgaço as comunidades sobrevivem da pesca e geralmente atuam como voluntários no período da piracema. Para elas esse trabalho deveria ser remunerado, por ser um compromisso assumido, e não voluntário. Além disso, em 2020, algumas comunidades participaram do combate do fogo, mas sem noção da velocidade e extensão dos incêndios em um curto espaço de tempo. Essa constatação foi muito impactante para as pessoas, parte delas passou por riscos. Acredita que o Poder Público tem o dever de reconhecer as comunidades tradicionais como cidadãos que merecem respeito e atenção. O grande número de voluntários em 2020 faz pensar que o Estado está deixando de exercer os seus deveres de qualificar e remunerar as brigadas. A terceira questão diz respeito à defesa do território, que foi o motivo que impulsionou as comunidades tradicionais a atuarem no combate aos incêndios em 2020. Entretanto, a maioria das comunidades teve seus territórios destruídos e perderam o seu modo de vida, considerando que daquele ambiente retiravam os remédios, os frutos, as plantas que faziam sombra reduzindo o calor.

	<p>Ou seja, os incêndios de 2020 resultaram em perdas não somente dos ecossistemas, mas também do modo de vida das comunidades tradicionais. Por esses motivos defende que o Comitê proponha políticas públicas voltadas à conservação do Pantanal e também contemple ações que possibilitem a permanência das comunidades tradicionais nos seus territórios, uma vez que ao continuar no território as comunidades contribuem com a conservação ambiental.</p>
Gabriela (SEMA)	<p>Informou que não havia mais inscritos. Sugeriu que, antes de passar para a segunda pauta do dia, que fossem definidos os encaminhamentos com relação ao que foi discutido sobre o controle e combate aos incêndios no Pantanal.</p>
Fernando (ICMbio)	<p>Solicitou permissão para passar um informe a todos os presentes. O ICMbio, no início de março de 2021, começou a discutir uma proposta de atuação no bioma Pantanal por meio dos seus Centros de Pesquisa, nos próximos dois anos. São poucos os recursos, mas a proposta tem mobilizado os servidores que trabalham com fauna e vegetação. E também o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação junto aos Povos e Comunidades Tradicionais. A proposta é de estudar os efeitos das queimadas sobre os ecossistemas e a biodiversidade, bem como saber os impactos sobre os Povos e Comunidades Tradicionais. O primeiro passo é realizar um seminário interno convidando diferentes pessoas para apresentarem suas informações e opiniões. Especificamente em se tratando de comunidades tradicionais, esclareceu que são poucas as pessoas que têm como contribuir na discussão sobre a gestão do fogo no Pantanal. Para exemplificar, toda vez que se fala do Pantanal automaticamente se pensa nas grandes fazendas com criação de gado. Mas, atualmente, se verifica pequenas propriedades com pastagens nativas em territórios coletivos, como no caso da região de Mimoso. O importante é se entender como o manejo das pastagens e do fogo, nessas áreas, pode contribuir na gestão do fogo no Pantanal ou para a conservação dos recursos do bioma. Precisamos saber se esses sistemas ou outros sistemas de trabalho, são praticados em todo o Pantanal pelas comunidades tradicionais, em quais locais, e se tais grupos querem contribuir nas discussões. Acrescentou que se for elaborado um mapa de uso social nos territórios, pode-se descobrir que não se trabalha apenas com o gado, mas se aproveita os recursos disponíveis, como a urubamba (palmeira), usada na produção de cadeiras, ou os pescadores atuam em corixos específicos em determinados períodos do ano, que podem ser afetados pelas queimadas, assim como nas áreas com coletas de frutos, como a bocaiuva. Afirma que é importante que o CERBPantanal-MT participe dessas discussões porque serão dois anos em que os pesquisadores precisarão das informações e do acompanhamento por parte dos integrantes do Comitê, e que a SEMA se envolva nas discussões. Por fim esclareceu que o objetivo das discussões é definir estratégias de resposta aos incêndios florestais para cada um dos temas citados e que acredita que o ICMbio será surpreendido pelos bons resultados de manejo tradicional do fogo que já existem no Pantanal.</p>
Gabriela (SEMA)	<p>Propôs definir os encaminhamentos a serem dados a partir das discussões.</p>

Lisandro (SEMA)	Solicitou que o Fernando (Panthera) explicasse melhor como seria elaborado o mapa das iniciativas, como brigadas voluntárias e pontos de apoio, que atuam no combate ao fogo no Pantanal.
Fernando (Panthera)	Esclareceu que a seria criada uma lista contendo os equipamentos e o ponto focal na região que possa ser o contato de referência dos bombeiros. Os dados do mapeamento deverão ser reunidos em um documento oficial do CERBPantanal-MT a ser encaminhado aos órgãos competentes.
Gabriela (Sema)	Solicitou que algum dos presentes auxiliasse o Comitê nesse mapeamento.
Fernando (Panthera)	Prontificou-se a ajudar por possuir a maior parte desses contatos. Em 40 dias o documento seria apresentado ao CERBPantanal-MT.
Gabriela (SEMA)	Agradeceu ao Fernando e informou que, se for necessário, a Héliida (SEMA) poderá fazer as interlocuções que estiverem ao alcance da SEMA. Afirmou que se o trabalho for finalizado antes da próxima reunião do Comitê será possível enviar o mapa por e-mail aos membros do colegiado.
Fernando (ICMBio)	Argumentou que considera importante o Comitê estimular as iniciativas privadas, pois complementariam o trabalho dos agentes do Estado, como a contratação de bombeiros civis. Lembrou que existem certificadoras de negócios que exigem a presença de bombeiros civis, como forma de estimular a implantação de negócios sustentáveis no Pantanal. Por exemplo, as fazendas, as pousadas e os hotéis, poderiam ter bombeiros civis como proteção às instalações físicas e ainda trabalhar no combate aos incêndios.
Gabriela (SEMA)	Perguntou ao Fernando (ICMBio) como seria o encaminhamento dessa proposta.
Fernando (ICMBio)	Solicitou que não se fizesse o encaminhamento na presente reunião, mas que o tema “certificação de negócios sustentáveis” fosse discutido no âmbito do Comitê, tanto em MT como em MS. Relembra que já foi estimulado pela WWF-Brasil a criação do gado orgânico em MS. Um exemplo é a empresa Korin que trabalha com produtos orgânicos, entre estes a carne bovina orgânica, em MS.
Cátia (UFMT)	Apresentou como exemplo um vidro de azeite de oliva produzido na Tunísia. Explicou que parte da renda do azeite é usada na proteção de uma espécie animal no país, conforme descrito no rótulo. Argumentou que esta ação representa um selo para uma atividade voltada à conservação da biodiversidade ou de serviços ambientais naquele país.
Cristina (RPPN SESC Pantanal)	Manifestou-se dizendo que gostaria de contribuir com a discussão sobre estimular os negócios sustentáveis no Pantanal. O SESC Pantanal contrata anualmente 30 brigadistas que vivem nas comunidades no entorno de Poconé e São Pedro de Joselândia; também contrata mão-de-obra do distrito de Bom Jardim, na região de Rosário Oeste. Essas pessoas são capacitadas para atuar na prevenção e combate aos incêndios na área da RPPN SESC Pantanal. Acredita que a capacitação de voluntários e não voluntários é muito importante. Comenta que o SENAC dispõe de capacitação para formar bombeiros civis, com 210 horas de curso. Defende que o Comitê deverá identificar alternativas de capacitação para, posteriormente, estimular a contratação dos alunos pelo setor privado das fazendas e do turismo do Pantanal. Explica que o SESC Pantanal promove a capacitação dos brigadistas,

	para incêndios florestais, com o apoio do ICMBio porque atuam em uma UC. Já os bombeiros civis são capacitados de maneira mais ampla, podendo combater incêndios patrimoniais, prediais e florestais, dependendo do curso disponível. Sugere que seja feito um levantamento das entidades e instituições que fazem capacitação, incluindo o corpo de bombeiros. O SESC Pantanal faz capacitação dos brigadistas temporários e dos efetivos. Em 2021 a capacitação estará aberta ao público e realizada no mês de abril. O curso terá o apoio do ICMBio e será semipresencial em Poconé e São Pedro de Joselândia.
Gabriela (SEMA)	Agradeceu a participação da Cristina (RPPN SESC Pantanal). Solicitou ao Fernando (ICMBio) ajuda na definição de encaminhamentos.
Fernando (ICMBIO)	Sugeriu que fosse identificada alguma empresa que trabalhe com negócios sustentáveis na região e fizesse um convite para que traga informações para o Comitê, na próxima reunião do colegiado.
Gabriela (SEMA)	Solicitou que os membros ajudem a identificar essas empresas para que a SEMA possa organizar e viabilizar uma apresentação para o CERBPantanal-MT. Posteriormente, entrem em contato com a Héliida (SEMA) visando assegurar a participação da empresa na reunião do colegiado.
Marcos (SEMA)	Informou que o corpo de bombeiros realiza treinamentos de brigadas rurais ou municipais mistas. O Programa REM-MT identificou que seria necessário criar brigadas indígenas remuneradas e buscou o apoio do corpo de bombeiros inicialmente.
Gabriela (SEMA)	Continuou a reunião tratando da segunda pauta – “Apresentação dos membros do CERBPantanal sobre a contribuição das entidades que representam na implementação do PA da RB Pantanal”.
Cristina (SESC Pantanal)	Apresentou um quadro resumo das ações estratégicas do PA da RB Pantanal -2020-2023, cada uma com número de resultados esperados e número de ações previstas, totalizando 29 e 89, respectivamente. Em uma tabela específica listou como o SESC Pantanal pretende participar do PA da RBP, sendo 03 Áreas de Ação Estratégicas (A, B e C), 07 resultados e 07 ações previstas. A planilha descreve, para cada Ação de Área Estratégica, o resultado esperado, ação, responsável (SESC Pantanal em destaque verde), priorização, indicador de monitoramento e sugestões de encaminhamentos. Explicou que para o SESC Pantanal a Ação vinculada ao Resultado “desenvolver pesquisas, criar oportunidades de aprendizagem e formação prática que apoiem a gestão de RBs e o desenvolvimento sustentável dentro das RBs”, o indicador seria “número de pessoas atendidas por curso”, tem como encaminhamento “realizar cursos de treinamento sobre temáticas relacionadas à RB Pantanal e à gestão de áreas úmidas, como prevenção e combate à incêndios, formação de brigadistas, bombeiros e de lideranças e pontos focais para atuar junto as brigadas (chefias hierarquizadas) junto com CPP, UFMT, SESC Pantanal com o banco de dados de publicações científicas, WWF-Brasil com banco de dados geoambiental”, e o encaminhamento seriam “os cursos online, gratuitos e disponíveis no site da RB Pantanal”. Considerando que muitas informações não estão sistematizadas, seria preciso elencar temas prioritários e elaborar um curso piloto para testar a viabilidade da proposta. O segundo resultado trata da “sustentabilidade financeira das RBs”, e a ação de “apresentar a RB Pantanal para o Ministério

	<p>Público (Estadual e Federal), com vistas à obtenção de recursos de Termos de Ajustamento de Conduta, editais, dentre outras fontes de financiamento”, o indicador seria “base de dados organizada e disponibilizada ou definir como acessar os recursos”, e o encaminhamento “instituir um Grupo de Trabalho visando construir um PA específico com instituições responsáveis (CPP, ICMBio e SESC Pantanal) por meio de reuniões e apresentações”. O Resultado seguinte trata de reconhecer as RBs como fontes gestoras dos serviços ecossistêmicos e a ação seria “implementar o uso do conceito de macrohabitats na área da RB Pantanal para valorar os serviços ecossistêmicos”; não foi definido o indicador, e o encaminhamento seria “elaborar o mapeamento de macrohabitats na RPPN SESC Pantanal, como ação piloto para as áreas úmidas”. Esse encaminhamento já está em andamento junto com o CPP/INAU/UFMT, MUPAN, Wetland International, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e SESC Pantanal. No momento não está sendo valorado os serviços ecossistêmicos, mas acredita que com o mapeamento de macrohabitats configura o início da ação. Na Área de Ação Estratégica B, o resultado previsto de obter “eficazes gerentes/coordenadores das RBs e envolvimento das partes interessadas das RBs”, em a ação de “criar um centro de formação de gestores das zonas núcleo (UCs de Proteção Integral) e demais interessados”, o indicador seria “número de pessoas treinadas”, tendo como encaminhamento considerando o contexto da pandemia, em 2021, “produzir cursos online ou semipresencial, gratuitos e disponíveis no site da RB, definidos juntos como parceiros (CPP/UFMT, SESC Pantanal e Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA)”. Na Área de Ação Estratégica C, o resultado “reconhecer o Programa Homem e Biosfera (MaB em inglês) como um parceiro fundamental, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e com outras organizações e convenções internacionais relevantes”, a ação seria “integrar a RBP aos programas de reconhecimento da UNESCO (Geoparques, Patrimônio Mundial) e Convenção Ramsar e seus sítios (SESC Pantanal, ESEC Taiamã, PARNA Pantanal Mato-grossense)”, o indicador seria “Termos de Cooperação firmados”, e o encaminhamento proposto seria “definir Plano de Ação específico com instituições responsáveis (CPP, SESC Pantanal, ICMBio, UNEMAT-Cáceres, Instituto Gaia)”. Para o resultado “reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave pelo setor privado”, a ação seria “criar protocolo de identificação de boas práticas sustentáveis do setor privado no território da RBP”, o indicador seria “protocolo realizado, mapa e ranqueamento de boas práticas”, e o resultado seria “definir Planos de Ação específicos com instituições responsáveis, a saber: Comitês Estaduais, FIEMT, SESC Pantanal (com Matriz de Responsabilidade), CPP/UFMT, UNEMAT, FAMATO”. Sugeriu que a Wetlands International seja consultada, uma vez que esta dispõe de um mapeamento completo no âmbito do Programa Corredor Azul. Para o resultado “empresários e empresas sociais contribuem para atividades das RBs”, a ação seria “estimular o conceito de RBs nos Programas de Responsabilidade Socioambiental do setor privado”, o indicador seria “número de empresas contratadas e número de empresas que adotaram este modelo nos seus Planos de Responsabilidade</p>
--	---

	<p>Socioambiental”, e o encaminhamento seria “definir Plano de Ação específico com as instituições responsáveis, a saber: Comitês Estaduais, FIEMT, SESC Pantanal (com Matriz de Responsabilidade), CPP/UFMT, UNEMAT, FAMATO”. Finalizou relatando que seriam essas as ações em que o SESC Pantanal está diretamente relacionado no PA da RBP e as contribuições da entidade na implementação do referido plano. O SESC Pantanal também dispõe de um modelo de Plano de Ação específico para cada ação, que poderá ser disponibilizado aos membros do Comitê. Apresentou o modelo para conhecimento dos participantes da reunião, descrevendo como deveria ser preenchido, argumentando que a planilha é simples, mas ajuda muito na definição de metas para o PA específico. Isto porque o PA da RB Pantanal 2020-2023 apresenta somente as diretrizes e o modelo apresentado poderá facilitar no momento de desenvolvimento das proposições de ações específicas.</p>
Gabriela (SEMA)	<p>Agradeceu e elogiou à Cristina pela apresentação. Esclareceu que seria muito bom que todos os membros elaborassem uma planilha semelhante à proposta pelo SESC Pantanal e também adotassem a planilha modelo do PA específico. Solicitou que a apresentação e a planilha modelo sejam disponibilizadas à SEMA, para encaminhamento aos membros do Comitê. Esclareceu que se algum membro tiver uma sugestão de aperfeiçoamento da planilha o colegiado estará aberto para prováveis melhorias. Aproveitou e solicitou a Profª Cátia que também disponibilizasse a sua apresentação.</p>
Pierre (CPP)	<p>Relatou que a apresentação da Cristina (SESC Pantanal) configura um ótimo exemplo, pois existem várias oportunidades para criar planos de ações específicos visando implementar o PA da RBP 2020-2023. Sugeriu criar uma agenda de execução considerando as ações que são mais prioritárias no PA.</p>
Gabriela (SEMA)	<p>Concordou com o Profª Pierre (CPP) e colocou em votação se o Comitê definiria as ações mais prioritárias na presente reunião, com a definição de um cronograma, ou se os membros prefeririam deixar para um outro momento.</p>
Clóvis (Instituto Gaia)	<p>Em 2020, a pandemia influenciou diretamente na execução das ações propostas pelo Instituto Gaia, quanto à criação de um selo de origem para produtos agroecológicos e o mapeamento das práticas agroecológicas em áreas úmidas, realizado com as comunidades tradicionais (CT) pantaneiras. Relatou que, com as queimadas, a ONG perdeu boa parte dos dados que seriam mapeados. Essa ação seria desenvolvida em parceria com a Rede de CT Pantaneira, assim como quantificar os serviços ambientais mantidos pelas comunidades tradicionais. A Rede de Empreendimentos de Economia Solidária e Produtos da Sociobiodiversidade (RESOLBIO) será a organização responsável por coordenar o processo de certificação no Brasil. Esclareceu que os técnicos do Instituto Gaia e representante de comunidades fizeram um curso, em 2020, para atuar como certificadores do “selo de identidade agroecológica”. O objetivo é realizar a certificação participativa de produtos com origem em empreendimentos localizados na região do Pantanal. A ideia é no Brasil fazer uma adaptação da forma como a certificação é efetuada na Bolívia e Paraguai; na região da Murraria, município de Cáceres, MT, alguns empreendimentos foram certificados pela plataforma</p>

	internacional, como teste. Explicou que para o Instituto Gaia, o Pantanal inclui a Bolívia e o Paraguai. Neste ano a entidade está retomando os trabalhos e informa que numa outra oportunidade trará informações de forma sistematizada; a ONG está trabalhando neste sentido para promover o fortalecimento das CT do Pantanal. Esclarece que os recursos disponíveis em 2020 para essas ações foram usados na aquisição de álcool gel, soro para lavar os olhos e cestas básicas.
Hélida (SEMA)	Perguntou se o selo tratado na apresentação do Instituto Gaia seria mais um selo para a RB Pantanal ou se se refere ao selo, para produtos e serviços, cuja criação está sob a responsabilidade do WWF-Brasil e o Conselho Nacional da RB Pantanal?
Clóvis (Instituto Gaia)	Esclareceu que se trata de uma metodologia de certificação usada na Plataforma Agroecológica Boliviana. O produto é um selo específico cuja área territorial é superior à da RB Pantanal, englobando os três países nos quais se estende o Pantanal – Brasil, Bolívia e Paraguai. Atualmente a plataforma está alcançando a Argentina. O selo poderá ser entendido como um sub-selo da RB Pantanal. Continuou informando que várias pessoas de MT e MS fizeram o curso na Bolívia; também fizeram intercâmbios na Bolívia e Paraguai relacionados à produção de mel pantaneiro. As planilhas usadas no processo de certificação poderão ser usadas pela RB Pantanal para certificação de outros produtos.
Gabriela (SEMA)	Agradeceu os esclarecimentos. Informou aos participantes da reunião que não havia mais inscritos. Informou também que não havia nenhum informe dirigido ao Comitê. Perguntou aos presentes se concordavam em aproveitar o tempo restante da reunião para elencar as prioridades de ações relacionadas ao PA da RBP ou definir um cronograma de ações para 2021, conforme sugestão do Prof ^o Pierre (CPP).
Cristina (SESC)	Sugeriu elencar as ações prioritárias e, em seguida, definir as reuniões dos grupos para discussão dos Planos de Ações específicos.
Pierre (CPP)	Esclareceu que está de acordo com a apresentação da Cristina (SESC Pantanal) e sugeriu que o CPP e os parceiros que trabalharão nas sete ações listadas definissem em conjunto qual ação seria prioritária, porque não será possível realizar sete ações em 2021. Argumentou que não seria possível priorizar as ações, dentro de um conjunto de mais de 80 ações, no final da reunião. Sugeriu que os grupos se reúnam e definam as ações prioritárias, e que na próxima reunião seja apresentada uma proposta de agenda.
Gabriela (SEMA)	Sugeriu que a Secretaria do Comitê proponha uma priorização de ações e que tal proposta seja compartilhada por e-mail, para que os membros façam uma avaliação e apresentem sugestões.
Leonardo (SEAF)	Comentou que existe a proposta de reunião entre a Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade (SUBIO) e o Programa REM-MT com objetivo de alinhar as ações do programa com aquelas do PA da RBP.
Gabriela (SEMA)	Concordou com proposta de reunião entre a SUBIO e o Programa REM-MT. Informou que será proposta uma data e, em seguida, repassada ao Leonardo (SEAF). Perguntou aos presentes se queriam apresentar algum informe.
Fernando (ICMBIO)	Esclareceu que tem um informe que pode ser de interesse geral. Continuou explicando que em 2018 a Coordenação do ICMBio foi

	transferida de Cuiabá para a cidade de Goiânia, GO; em 2020 houve uma reestruturação quando foram criadas cinco Gerências Regionais (GR). A GR 3, relacionada à região Centro Oeste, será transferida para Cuiabá.
Gabriela (SEMA)	Perguntou aos participantes se haveria mais algum informe. Solicitou a todos que abrissem as câmeras para que fosse tirada uma fotografia em conjunto. Agradeceu a todos pela participação e pelas contribuições, e informou que serão feitos os encaminhamentos definidos durante a reunião.

Encerramento	
Nada mais havendo a declarar a Sra. Gabriela (SEMA) encerrou a reunião às 11h e 25 minutos e eu, Héli da Bruno Nogueira Borges, lavrei esta ATA que será avaliada, as sugestões e aprovação apresentadas via e-mail pelos membros do Comitê presentes à reunião virtual.	